

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Fake news da Covid-19 sob o pensamento habermasiano

Lusvanio Carlos Teixeira, José Roberto Abreu de Carvalho Junior, Valter Cardoso da Silva

<https://doi.org/10.1590/1679-395120250163>

Submetido em: 2026-07-10

Postado em: 2026-07-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Artigo

Fake news da Covid-19 sob o pensamento habermasiano

Lusvanio Carlos Teixeira

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), São João Evangelista, MG, Brasil.

José Roberto Abreu de Carvalho Junior

Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Alegre, ES, Brasil.

Valter Cardoso da Silva

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Rondonópolis, MT, Brasil.

Resumo

O objetivo do artigo foi investigar os tipos de desinformações divulgadas pela cúpula do governo federal durante o período pandêmico, tratando as *fake news* como formas de ação estratégica latente, sob a análise da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. Com base em uma pesquisa qualitativa, os resultados revelam inúmeras estratégias de disseminação da desinformação pelo Governo Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19, sustentadas por meio da força e do alcance que a ação comunicativa de um líder de Estado possui diante da sua população, especialmente em um cenário de negacionismo científico. Por fim, ressalta-se que o presente trabalho ganhou relevância especial devido ao recente falecimento do professor Jürgen Habermas, cuja obra, que se mostra eterna, inspirou as análises aqui empreendidas.

Palavras-chave: desinformação, *fake news*, pandemia, governo, ação comunicativa.

Fake news about Covid-19 under habermasian thought

Abstract

The aim of the article was to investigate the types of misinformation disseminated by the top brass of the federal government during the pandemic, treating *fake news* as forms of latent strategic action, under the analysis of Habermas' Theory of Communicative Action. Through qualitative research, the results reveal numerous strategies for disseminating misinformation by the Bolsonaro government in relation to the Covid-19 pandemic, supported by the strength and reach of the communicative action that a state leader has towards his population, especially in a scenario of scientific denialism.

Keywords: misinformation, *fake news*, pandemic, government, communicative action.

Noticias falsas sobre la Covid-19 según el pensamiento habermasiano

Resumen

El objetivo de este artículo fue investigar los tipos de desinformación difundidos por los líderes del gobierno federal durante la pandemia, considerando las noticias falsas como formas de acción estratégica latente, con base en la Teoría de la Acción Comunicativa de Habermas. A través de una investigación cualitativa, los resultados revelan numerosas estrategias de desinformación por parte del gobierno de Bolsonaro respecto a la pandemia de Covid-19, sustentadas en la fuerza y el alcance de la acción comunicativa de un líder estatal hacia su población, especialmente en un contexto de negacionismo científico.

Palabras clave: desinformación, noticias falsas, pandemia, gobierno, acción comunicativa.

INTRODUÇÃO

Um aspecto que teve destaque e repercutiu na mídia nacional e internacional desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020, foi o posicionamento do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em relação ao combate ao vírus. Em editorial do jornal *The Lancet*, de 9 de maio de 2020, intitulado *COVID-19 in Brazil: "So what?"*, relatava-se o seguinte aspecto:

[...] talvez a maior ameaça à resposta ao COVID-19 para o Brasil seja o seu Presidente Jair Bolsonaro. Quando na semana passada os jornalistas o questionaram sobre o rápido aumento de casos, ele respondeu: 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?' (*The Lancet*, 2020, p. 1).

Tendo em vista os impactos do vírus, representados nos altos números de mortes ocasionadas por este, questionamentos sobre possíveis irregularidades e omissões por parte do governo federal em relação ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 geraram a apresentação de um requerimento assinado por 30 senadores, vislumbrando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Posteriormente, com a intervenção do poder judiciário, foi instaurada a CPI que ficou conhecida como "CPI da Pandemia" ou "CPI da Covid-19".

O Relatório final da CPI é um importante informe acerca das decorrências da pandemia no Brasil, detalhando elementos que influenciaram para que mais de 600 mil pessoas tenham falecido no país devido à Covid-19, com enfoque em destrinchar a forma como o governo federal lidou com a pandemia (Chade, 2021). No relatório, são discutidos episódios e aspectos diversos sobre o período pandêmico, como a desinformação na pandemia (*fake news*), por exemplo. Em sua última versão, o Relatório pedia o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, entre outros.

No presente artigo, voltamo-nos à análise das desinformações elencadas no Relatório da CPI da Pandemia. De acordo com o *Code of Practice on Disinformation*, elaborado pela União Europeia, as desinformações se referem a informações enganosas ou falsas disseminadas objetivando obter algum ganho econômico ou gerar engano em um determinado público, que podem causar danos públicos, ameaçando valores democráticos, bens públicos, o meio ambiente, a segurança e a saúde dos cidadãos (European Commission, 2022). O termo *fake news*, sinônimo de desinformação, refere-se a notícias falsas voltadas a distorcer fatos e desprestigiar pessoas ou instituições em prol da obtenção de benefícios políticos e/ou econômicos (Galhardi et al., 2020). A divulgação de desinformações é uma problemática que se intensifica nos contextos de polarização, por permitir que os indivíduos utilizem argumentos falaciosos para sustentar suas ideologias, consequentemente dificultando o processo comunicativo e a geração de entendimento (Bachur, 2021).

No relatório da CPI da Pandemia, é desvelada uma estrutura de divulgação de notícias falsas, principalmente por atores com algum envolvimento com o governo federal em exercício naquele momento. Para a análise desses elementos discursivos, partimos da lente analítica do pensamento habermasiano acerca do uso estratégico da comunicação para o alcance de determinados fins, vislumbrando indicar a forma como as distorções

comunicativas atrapalham o processo comunicativo e as instituições democráticas. Dessa forma, o objetivo deste artigo é investigar os tipos de desinformações divulgadas pela cúpula do governo federal durante o período pandêmico, tratando as *fake news* como formas de ação estratégica latente (Habermas, 1996).

Avançamos no conhecimento ao nos debruçarmos sobre a elucidação de um processo de ampla investigação sobre o enfrentamento da pandemia no Brasil. A literatura prévia se concentrou em comparar os aspectos éticos na lida com as formas de desinformação apresentadas pela CPI (Bezerra et al., 2022), na verificação dos argumentos presentes nos discursos de depoentes da CPI e na forma como esses se relacionaram a comportamentos gerados (Marquesi & Aguiar, 2021). Este artigo se diferencia das pesquisas anteriores ao mapear os tipos de *fake news* presentes durante a pandemia de Covid-19 com base nos aspectos clássicos da ação comunicativa habermasiana.

ASCENSÃO DAS *FAKE NEWS* E A CRISE DA RAZÃO

Desde o início da pandemia de Covid-19, um grande volume de informações acerca do vírus foi gerado e disponibilizado para a população, sendo que parte considerável destas informações se tratava de *fake news* (Maia et al., 2021). A Organização Mundial da Saúde (OMS) chegou a nomear esse período de infodemia, dado que o surto de Covid-19 veio acompanhado por um excesso de informações que dificultavam a identificação da precisão e confiabilidade de suas fontes, num momento em que era necessário seguir certas orientações para conter a disseminação do vírus. O termo infodemia se refere ao considerável aumento de informações sobre um determinado tema ou assunto, em decorrência de um fato ou evento específico. Nesse contexto, surgem informações de diversas procedências, que podem ser rumores, informações manipuladas e desinformação, que têm a sua disseminação ampliada como um vírus no contexto das mídias sociais (Zarocostas, 2020).

O compartilhamento de informações inverídicas em redes sociais tem potencial de enganar aqueles que as acessam e de desencadear comportamentos que podem prejudicar os grupos sociais que os indivíduos integram (Lim et al., 2021). A literatura destaca que a disseminação de notícias falsas não é algo novo, porém foi um fenômeno significativamente potencializado pela ampla utilização das mídias sociais e pelo formato com que as informações são transmitidas por meio destas (Bachur, 2021). Isso porque, com o alcance da internet e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação – como computadores, celulares e plataformas digitais –, alteraram-se as formas de comunicação dos seres humanos. Sem necessariamente saber a origem e a veracidade de uma notícia, a partir do momento em que esta é lançada nas mídias sociais, ela é rapidamente propagada, alcançando diversas pessoas (Galhardi et al., 2020).

Ademais, salienta-se que a humanidade perpassa por um largo período de declínio da razão, em um cenário em que a razão perde força e potencial emancipador perante as superstições e crenças e se vira em um instrumento de poder, com capacidade de submeter as massas e orientar condutas, sendo tratada então por sua perspectiva de razão instrumental, que tem uma acepção lógica sem necessariamente corresponder a uma realidade empírica. O ser humano, por essa visão, se caracterizaria como o ser que utiliza a razão como um instrumento de sobrevivência e de alcance dos interesses dos grupos de que faz parte, sem necessariamente se basear em princípios universais que sustentassem e atribuíssem autoridade aos argumentos utilizados (Japiassu, 2016). As *fake news*, nesse

contexto, marcam uma forma de declínio da razão, no sentido de usar a razão argumentativa como instrumento de alcance dos objetivos de seu interesse.

As expressões “*fake news*” e “era da pós-verdade” se tornaram recorrentes nos últimos tempos, período no qual se elevou consideravelmente a velocidade de circulação das informações devido ao aparecimento de meios alternativos às formas tradicionais de criação, seleção e classificação das informações, não havendo mais a necessidade de autoridades editoriais, científicas e jornalísticas no processo de decisão sobre quais informações seriam divulgadas (Alves & Maciel, 2020). Em síntese, qualquer pessoa pode tecer comentários sobre qualquer tema, sendo que este conteúdo se propaga rapidamente. Conforme destaca Baptista (2020, p. 49):

A ausência de filtros editoriais e a cacofonia de vozes circulantes no meio digital perturbou os formatos clássicos da narrativa jornalística. As notícias, anteriormente entendidas como textos breves contendo informação significativa para o coletivo, transformaram-se numa potência infinita em permanente estado de atualização. As possibilidades de participação foram aumentadas, mas implicam perdas de clareza, definição e propósito. Sem essas qualidades, as notícias [...] estragaram-se.

Outros aspectos elencados na literatura sobre a ascensão das *fake news* estão relacionados às características que os ambientes midiáticos passaram a apresentar em termos de convívio, em que há uma constante fragmentação da consciência coletiva, sendo atravessada por valores individualistas que dificultam o processo comunicativo e, conseqüentemente, a criação de consensos e fruição da vivência democrática (Rocha & Cavalcanti, 2019). Bachur (2021) caracteriza esse processo como uma forma de fragmentação da esfera pública, partindo da concepção habermasiana de esfera pública, que a considera como a junção de pessoas com interesses próprios formando um juízo político voltado a interesses públicos.

Um cenário de fragmentação da esfera pública, acompanhado pela crise sanitária gerada pela pandemia, desencadeou uma ampla disseminação de informações que não necessariamente se embasavam em conteúdos cognitivos ou epistêmicos, mas sim mais voltados à defesa de interesses e ideologias particulares (Rocha & Cavalcanti, 2019). A partir dessa possibilidade, manifestações de desinformação se tornaram recorrentes, representadas em exemplos como:

[...] o terraplanismo, o negacionismo científico, a desinformação ambiental, movimentos antivacina e inúmeras teorias conspiratórias, mais ou menos perigosas, que são ventiladas nas redes digitais e atraem amplo engajamento graças à suscetibilidade dos algoritmos das *big techs*, convertendo a sadia popularização da desconfiança nas autoridades, característica do pensamento moderno numa mistura indigesta de ceticismo ignorante, presunçoso e preguiçoso em relação às autoridades modernas – estado de direito, ciência, imprensa – com dogmatismo apaixonado em relação àquelas do tipo pós-moderno – políticos midiáticos fanfarrões, pseudointelectuais de internet, seitas mil (Bezerra et al., 2022, pp. 328-329).

Salienta-se que as *fake news* podem ser interpretadas também como fruto de uma sociedade que tem na tecnociência seu paradigma explicativo dominante. Uma racionalidade empregada com fins produtivos que, como afirmou Habermas, é transportada do mundo sistêmico para o mundo da vida. Essa linha interpretativa leva à constatação de que, na sociedade ocidental moderna, todos os âmbitos da vida humana

acabam por estar administrados pelo primado do racional. Com isso, outros aspectos importantes que compõem as linhas de força do humano seriam postos em segundo plano ou, ainda pior, totalmente menosprezados – parecendo esquecer que, muitas vezes, grandes descobertas do mundo científico foram gestadas em franco diálogo, mesmo que inconsciente, com outros saberes tais como a religião, a magia e a superstição (Japiassu, 2016; Stengers, 2018).

Quando os argumentos racionais, produzidos no interior das instituições acadêmicas e científicas, deixam de fazer sentido para parcelas crescentes da população, abre-se espaço para que as *fake news* preencham um vazio simbólico profundo. Esse vazio resulta de um processo histórico em que determinadas subjetividades e formas de saber foram progressivamente deslegitimadas pelo discurso científico hegemônico. Para compreender esse processo, é útil recorrer ao conceito psicanalítico de recalque – o mecanismo pelo qual conteúdos, desejos ou modos de saber são suprimidos da consciência coletiva, mas permanecem ativos, podendo retornar de forma distorcida (Freud, 2005).

Japiassu (2016) aponta que o modelo científico moderno historicamente proscreveu a subjetividade, identificando-a com o irracional: ao fazê-lo, “[...] este ‘Outro’ é o Oculto da própria Ciência, aquilo que não está revelado ou que por ela foi sistematicamente proscrito, reprimido ou recalcado” (Japiassu, 2016, p. 6). Nesse sentido, as *fake news* representariam a revanche daquilo que foi recalcado – o retorno de visões de mundo marginalizadas sob formas muitas vezes distorcidas e potencialmente destrutivas (Haraway, 2023; Japiassu, 2016; Latour, 2020; Stengers, 2023).

Essa dinâmica é agravada pelo fato de que a própria ciência institucionalizada tende a tratar saberes alternativos como ameaças à sua autoridade, alimentando um ciclo vicioso. Stengers (2018, p. 16) aponta que os saberes científicos “[...] precisam ser situados por outros saberes, que respondem a outras perguntas”, e que o verdadeiro desafio está em aceitar o experimento do encontro entre diferentes formas de conhecimento, sem que a racionalidade científica sirva como escudo protetor contra o diferente. Quando essa abertura não ocorre, o fosso entre a linguagem especializada e a experiência cotidiana da população se aprofunda, tornando o terreno fértil para narrativas simplificadas e desinformações que, paradoxalmente, dialogam melhor com angústias e temores não reconhecidos pela ciência oficial (Japiassu, 2016; Stengers, 2018).

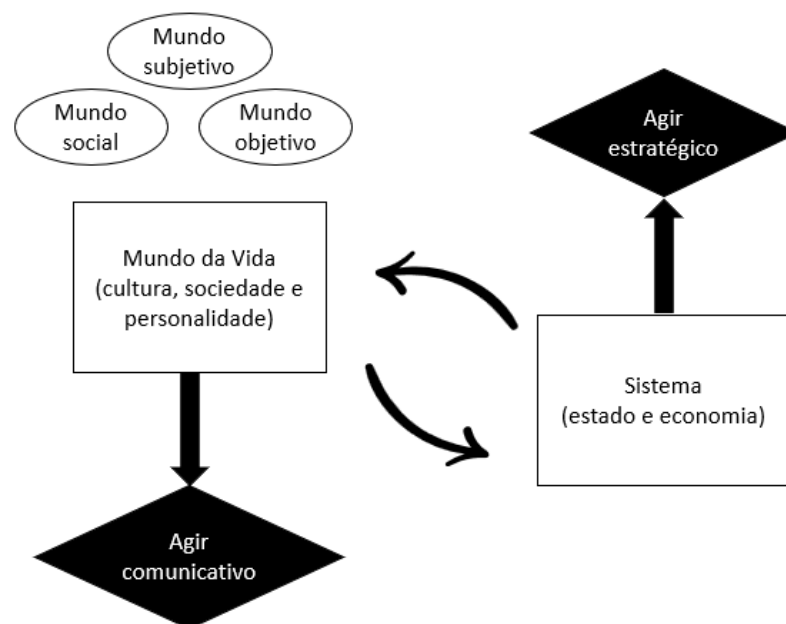
Diante desse cenário, torna-se urgente promover novos encontros entre diferentes formas de saber – não para que sejam enquadrados e analisados pela racionalidade científica, mas para que, em diálogo horizontal, produzam novas expressividades sobre o mundo. Uma compreensão construída com base na articulação entre ciência, conhecimento tradicional, senso comum, filosofia e religião pode ser uma via para dissolver as pulsões que alimentam crenças destrutivas e produtoras de autoritarismo. Como argumenta Japiassu (2016, p. 4), os seres humanos tendem a “[...] defender os membros de seu grupo do que aderir aos valores universais” e a preferir argumentos de autoridade à autoridade dos argumentos – o que reforça a necessidade de se construir pontes comunicativas que não passem apenas pelo monopólio da razão instrumental (Haraway, 2023; Japiassu, 2016; Latour, 2020; Stengers, 2023). A apresentação do olhar pragmático dos preceitos habermasianos sobre esse processo possibilita gerar lentes para compreender os pormenores gerados pelas *fake news* no processo comunicativo.

HABERMAS E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A teoria habermasiana surge com base na Teoria Crítica e em sua visão sobre a racionalidade, a qual salientava que a racionalidade, na sociedade moderna, estaria fadada a um processo de perda de sentido e liberdade de ação e pensamento. Na perspectiva de Habermas, essa decadência da racionalidade estaria ligada a um enfoque nas ações estratégicas e instrumentais, devido à existência de poucos espaços voltados à comunicação. Para o autor, com a modernidade, o homem passou a discutir três sentidos de mundo, sendo eles: o mundo da ciência, que consideraria uma verdade baseada em fatos; o mundo da moral, baseado nas regras e normas sociais de cada grupo; e o mundo das artes, onde imperaria a subjetividade, os sentimentos, as percepções e emoções (Fiedler, 2006).

Na Teoria da Ação Comunicativa (TAC), Habermas (2012a) prevê que as mudanças sociais seriam advindas da capacidade das pessoas de se comunicar e entrar em consenso, respeitando as diferenças e ressignificando os sentidos existentes na realidade social. Nesse sentido, Habermas (2012a) prevê duas dimensões em que o convívio social se dividiria: (1) o mundo do sistema, que seria caracterizado por não se orientar pela linguagem e pelas discussões, sendo definido pelas formas de organização que se orientam estrategicamente para o alcance de determinados fins, tendo como norteador o poder (política) e o dinheiro (economia); e (2) o mundo da vida, no qual ocorre a comunicação, e as relações são espontâneas, não baseadas em interesses e no alcance de determinados fins, que se dividiria nos mundos objetivo (caracterizado pela verdade das proposições), subjetivo (na capacidade de compreender e formular expressões simbólicas) e social (baseado em normas morais que orientariam a ação). A Figura 1 ilustra a relação entre os aspectos conceituais e as principais ações previstas por Habermas.

Figura 1
Aspectos conceituais e a relação entre mundo da vida e mundo do sistema, segundo Habermas



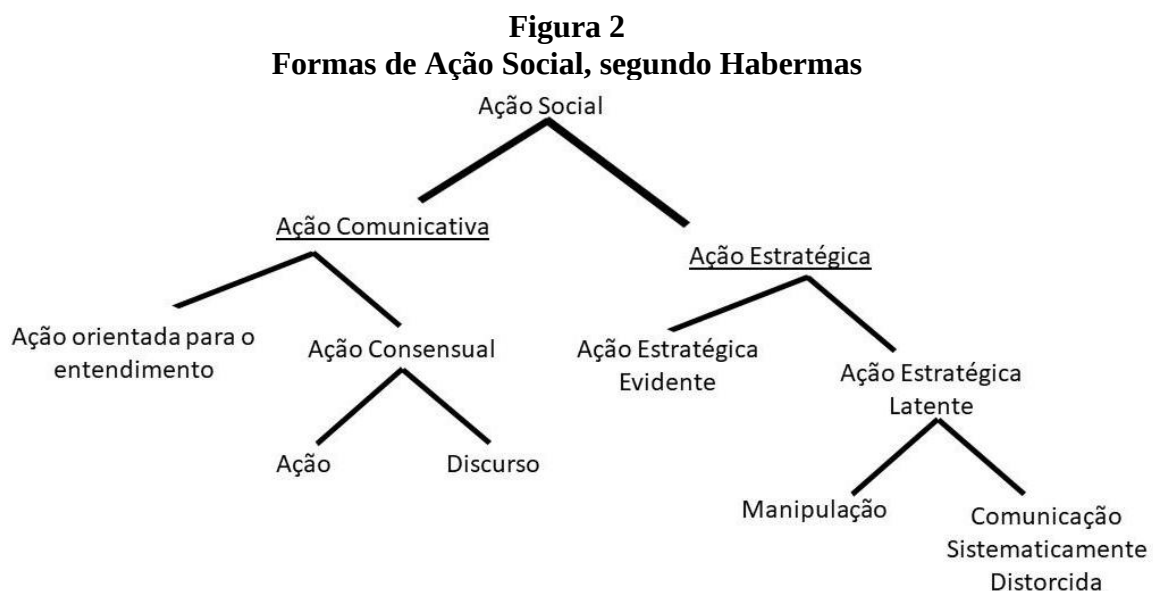
Fonte: Elaborada pelos autores.

Na ação comunicativa, os indivíduos se orientariam por uma perspectiva universalista, desprovida de egoísmo, na qual a linguagem representa o meio para que o consenso ocorra. A ação comunicativa é julgada por critérios de verdade, correção e sinceridade (Habermas, 2012a, 2012b). A ação comunicativa ocorreria principalmente no contexto das relações do mundo da vida, enquanto no sistema as relações se baseariam principalmente na ação teleológica, devido à constante busca por se atingir determinados fins (Fiedler, 2006).

UM OLHAR HABERMASIANO SOBRE AS *FAKE NEWS*

Partindo dessas dimensões basilares da TAC, algumas perspectivas teóricas de Habermas podem ser úteis para se lançar um olhar sobre as *fake news*, sobretudo os aspectos indicados por Habermas que dificultariam o processo de entendimento na comunicação. Habermas (1996) apresenta a pragmática universal, que teria um enfoque na compreensão e criação de condições que possibilitem que o processo de compreensão ocorra, onde a ação comunicativa possa se desenvolver. Nesse sentido, Habermas parte do raciocínio de que, mesmo em contextos competitivos orientados pela ação estratégica, há uma natureza de buscar a geração de entendimento.

Especificamente, a pragmática se refere à forma como determinados contextos utilizam a linguagem. A partir desta, pode-se perceber que a linguagem é utilizada tanto por uma dimensão comunicativa quanto estratégica, de acordo com a construção e o direcionamento dos discursos, sendo que para a comunicação ocorrer é necessário que existam indivíduos que se entendam (Gomes, 2014). Portanto, a partir do olhar sobre a utilização dos discursos, preveem-se alguns tipos de ações sociais e alguns enfoques a que estes se direcionam, conforme indica a Figura 2.



Fonte: Adaptada de Habermas (1996, p. 10).

Nesse contexto, para essa perspectiva teórica, as principais ações sociais seriam a ação comunicativa e a estratégica. Para que a ação comunicativa ocorra, é necessário que exista pelo menos dois agentes com capacidades linguísticas utilizando uma argumentação válida e que possibilite o entendimento. É necessário, ainda, que exista pretensão de validade do discurso, a qual pode ser identificada por meio da pragmática universal na

figura de alguns indicativos, na análise de contextos nos quais a compreensão seja mútua (Habermas, 1996).

Já a ação estratégica parte de um viés instrumental, de alcance de determinados objetivos. Os agentes atuantes podem partir de uma perspectiva de ação estratégica evidente, num contexto em que há o agente responsável por racionalizar o processo e outros que seriam os meios para o alcance de um dado objetivo, na busca por êxito. Na perspectiva da ação estratégica latente, as orientações de entendimento e decisão ocorreriam de modos indiretos, por uma dimensão manipulativa ou de comunicação sistematicamente distorcida (Habermas, 1996).

A capacidade de manipulação num contexto de internet e mídias sociais é uma das marcas dessas formas de comunicação, tanto que surgiram profissões que têm justamente o enfoque de influenciar os comportamentos, como o caso dos youtubers e digital influencers. Esses agentes, a depender do engajamento de que dispõem em termos de alcance de pessoas nas plataformas digitais, podem ser capazes de influenciar opiniões, decisões de consumo e comportamentos (Cavalcante, 2019). No contexto da pandemia, atores com essa característica desempenharam papéis relevantes no compartilhamento de determinadas informações sobre o vírus.

Outras categorias habermasianas relevantes para a análise sobre *fake news* são aquelas relacionadas às possíveis distorções comunicativas existentes, materializadas nas pretensões de validade da pragmática universal. As distorções se referem a desvios na comunicação que prejudicam o diálogo e inviabilizam a ação comunicativa, fortalecendo a racionalidade instrumental (Inocêncio & Favoreto, 2022). Algumas dessas pretensões de validade seriam a inteligibilidade, a verdade, a legitimidade e a sinceridade. A Tabela 1 ilustra, conceitualmente, o que se compreende acerca de cada um dos aspectos ligados às pretensões de validade.

Tabela 1
Pretensões de validade da ação comunicativa

Pretensão de validade	Descrição	Exemplos de questionamentos para identificação na comunicação
Inteligibilidade	Refere-se à busca por enunciar a mensagem de forma compreensível para que o destinatário possa entendê-la.	Há frases ou palavras incompreensíveis na mensagem transmitida? Há detalhamento oneroso, erros sintáticos ou semânticos e/ou uso de jargões?
Verdade	O que está sendo comunicado se refere a uma verdade factual, sustentada em fatos ou objetos do mundo objetivo.	Os enunciados proferidos na transmissão da mensagem são suportados por evidências? Há omissão de informações relevantes?
Legitimidade	O ato de comunicação deve ser correto em relação ao contexto normativo e aos valores sociais reconhecidos em um determinado contexto.	A mensagem transmitida atende às normas e aos valores que reivindica?
Sinceridade	O emissor precisa agir com sinceridade,	Há enunciados que empregam

	manifestando suas intenções de modo que o interlocutor possa confiar no que é dito.	metáforas ou palavras conotativas para se referir ao conteúdo da mensagem transmitida? Metáforas e palavras conotativas promovem ou suprimem a compreensão?
--	---	---

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Inocêncio e Favoreto (2022).

As *fake news*, por natureza, não compreendem um dos pressupostos elencados por Habermas (1996) de pretensão da validade, que seria a questão da verdade. Entretanto, em certos momentos, elas podem apresentar características das demais formas de validade, de acordo com a estrutura falaciosa utilizada. Isso porque as falácias – características das *fake news* – apresentam-se como argumentos que em um primeiro momento parecem válidos, mas que, se analisados de modo minucioso, podem ser descobertas falhas aparentes (Almeida, 2013).

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do artigo, utilizamos uma abordagem qualitativa dos dados. A principal fonte de informações foi o Relatório da CPI da Pandemia, especificamente o capítulo 9 “Desinformação na Pandemia (*Fake news*)” (Senado Federal, 2021). Esta pesquisa se caracterizou como descritiva, por buscar descrever e fazer uma leitura das *fake news* por um enfoque habermasiano, sob as formas como essas foram utilizadas pelo ex-presidente da República, seus familiares e simpatizantes do governo. Para analisar essas informações, utilizou-se inicialmente a análise documental do Relatório da CPI da Pandemia, considerando as peculiaridades presentes neste documento.

Posteriormente, utilizou-se a Análise de Conteúdo para estruturar as informações escritas, de modo a efetuar uma organização dos conteúdos baseada em categorias prévias (Rodrigues & Leopardi, 1999). Para a execução deste método, foram seguidas as etapas elencadas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se uma leitura prévia e flutuante das informações presentes no capítulo 9 do Relatório da CPI da Pandemia, de modo a selecionar as principais informações que iriam compor o corpus textual final da análise. O principal critério de escolha desse corpus foi a apresentação temporal e textual realizada pelos senadores na descrição das *fake news* divulgadas por pessoas relacionadas ao governo durante o período pandêmico.

Na etapa da exploração do material, foi realizada uma leitura mais aprofundada do corpus final elaborado na etapa anterior. Para orientar essa leitura, foram seguidas categorias analíticas presentes no referencial teórico da teoria habermasiana. Por fim, foi efetuada a etapa de tratamento dos resultados, pela interpretação e discussão dos resultados encontrados no estudo, embasando-se na literatura existente acerca das *fake news*. Considerando os resultados, criamos a Figura 4, que representa e resume, visualmente, o que se pode depreender das nossas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentação e contexto da CPI da Pandemia

No Relatório da CPI da Pandemia são apresentadas diversas ações de falas e divulgações de informações falsas realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro, por membros de sua família ou apoiadores. O objetivo seria apresentar como o processo de disseminação dessas informações se deu, quem eram os principais atores e quais plataformas foram utilizadas para tal.

Os autores do relatório iniciam o Capítulo 9 destacando a relevância do acesso a informações precisas durante o período da pandemia, considerando que, partindo de informações corretas, os cidadãos poderiam tomar melhores decisões e orientar seus comportamentos de forma adequada. A premissa do relatório era a de que “informação correta salva vidas”, e a motivação de sua elaboração veio do fato de que a disseminação de informações enganosas induziu a comportamentos que dificultaram o combate à pandemia de Covid-19 e podem ter potencializado o alcance do vírus – mostrando-se, assim, necessária uma investigação para aprofundar os pormenores e identificar possíveis responsáveis (Senado Federal, 2021).

A CPI teve diversas sessões e recebeu uma ampla cobertura midiática durante o período de sua atividade. A investigação apurou que órgãos públicos de comunicação se omitiram no combate à desinformação e houve evidências de que estes órgãos participaram de forma ativa na criação e divulgação de informações falsas. Por conseguinte, quatro constatações foram defendidas a partir da investigação da CPI:

- (i) a omissão do governo federal na conscientização da população acerca da pandemia; (ii) a participação efetiva do presidente da República, seus filhos e o primeiro escalão do governo na criação e disseminação das informações falsas; (iii) o uso da estrutura governamental para promover essas declarações do presidente; e (iv) suporte a comunicadores que propagam notícias e informações falsas sobre COVID-19 (Senado Federal, 2021, p. 664).

Ademais, é destacado que, por meio da CPI da Pandemia, se conseguiu reconhecer a existência de uma organização voltada a disseminar informações falsas que sustentassem algumas ideias defendidas pelo presidente da República em exercício naquele período. Destaca-se que os núcleos de apoio ao presidente são segregados, no relatório, em termos de núcleo: político, de produção e disseminação de *fake news*, e financeiro. Nesse sentido, para cada um destes núcleos, são apresentados os principais atores e o tipo de informação falsa que eles divulgaram durante o período, bem como o seu respectivo papel nesse cenário. Dada a existência dessa organização, é possível visualizar essa circunstância como um exemplo de ação estratégica em que havia um objetivo a ser atingido por aquela comunicação, considerando a existência de uma organização composta por atores diversos que vislumbra sustentar as ideias do presidente da República, por meio de diversos canais de comunicação, acerca da forma de se lidar com a pandemia (Habermas, 1996).

Os exemplos de *fake news* elencados no relatório apresentam, muitas vezes, estruturas complexas, não se tratando meramente de informações sem fundamentação divulgadas de formas isoladas. Tratavam-se de informações que, apesar de não serem verdadeiras, apresentavam características de pretensão de validade em termos de inteligibilidade e legitimidade (Habermas, 1996), uma vez que, em muitos momentos, recorriam a estudos científicos internacionais ou outras formas de aumentar a aparência de veracidade. Tratavam-se de conteúdos textuais ou audiovisuais voltados a gerar engajamento e benefícios políticos e/ou econômicos, que tiveram sua divulgação por meio de diversos

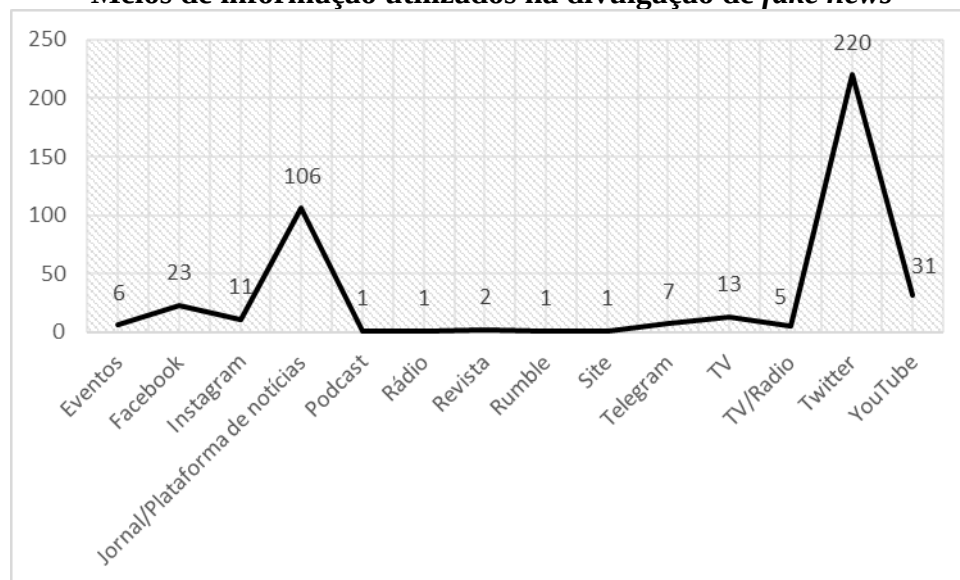
veículos de comunicação, abrangendo canais de televisão, revistas, websites e, principalmente, as redes sociais (Senado Federal, 2021).

Destaca-se que o corpus de *fake news* considerado na presente análise é diverso e dotado de ampla intertextualidade, não se constituindo de forma isolada, por se tratar de uma rede de discursos que se referenciam de forma mútua, retomando, reinterpretando e distorcendo enunciados e temas em circulação por meio de um viés que atendessem aos interesses do grupo político em atividade. Interpretando esse fenômeno à luz de Habermas (1996), percebe-se um conjunto amplo de comunicações que apresentam características de um agir mais voltado a uma dimensão estratégica, com fins nitidamente políticos, deixando em segundo plano uma orientação pautada na verdade e no entendimento da população perante o cenário de crise pandêmica.

Distorções comunicativas nas *fake news* elencadas na CPI da Pandemia

No Capítulo 9 do Relatório da CPI da Pandemia são apresentadas 428 *fake news*, descritas pelos autores do relatório com as datas de divulgação de cada informação, uma identificação do conteúdo da desinformação e uma imagem da informação retirada da plataforma de comunicação em que esta foi veiculada. As *fake news* elencadas foram divulgadas no período entre 25 de janeiro de 2020 e 22 de setembro de 2021, em plataformas de comunicação diversas, tais quais: Facebook, Instagram, jornais/plataformas de notícias, *podcasts*, rádios, revistas, Rumble, sites, Telegram, emissoras de TV, Twitter e YouTube. Além disso, também constam falas de alguns atores relevantes em alguns eventos ou pronunciamentos. Conforme se visualiza na Figura 3, a principal plataforma de comunicação utilizada foi o Twitter.

Figura 3
Meios de informação utilizados na divulgação de *fake news*



Fonte: Elaborada pelos autores.

O fato de o Twitter, enquanto rede social, ser utilizado como principal meio de propagação das *fake news* pode ser explicado como trazendo um suposto aspecto de inteligibilidade à luz da pretensão de validade da ação comunicativa (Inocêncio & Favoreto, 2022) pelo governo Bolsonaro e seus apoiadores/simpatizantes. Isso porque a rápida comunicação em redes sociais, por vezes transmitida de forma visual e/ou

utilizando linguagem coloquial, pode se mostrar mais “acessível” e, portanto, mais “inteligível” às grandes massas da população (Finardi et al., 2013) em comparação às notícias transmitidas via veículos oficiais de informação, como jornais e revistas especializados, por exemplo. As *fake news* foram analisadas e categorizadas de acordo com o conteúdo das descrições apresentadas pelos autores do Relatório da CPI da Pandemia. Nesse sentido, para esta análise, foram consideradas 13 categorias, conforme se pode visualizar na Tabela 2.

Tabela 2
Categorias de análise consideradas no estudo, por frequência

Categoria de análise	Descrição	Número de <i>fake news</i>
Defesa de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19 (tratamento precoce)	Apresentação de argumentos favoráveis à aplicação de tratamentos precoces sem eficácia comprovada contra a Covid-19, por exemplo, o uso de medicamentos como hidroxiclороquina e azitromicina.	134
Crítica à vacina e à sua obrigatoriedade	Questionamento acerca da efetividade das vacinas e de sua obrigatoriedade.	87
Crítica ao isolamento e ao fechamento de estabelecimentos	Divulgação de informações contrárias às medidas de isolamento social.	57
Distorções argumentativas	Uso de notícias descontextualizadas, falas de “especialistas” ou dados distorcidos para defender um argumento.	47
Ataque ao uso de máscaras	Críticas à obrigatoriedade e efetividade do uso de máscaras.	29
Boatos e fantasias	Compartilhamento de informações falaciosas e teorias da conspiração.	23
Ataque à China	Notícias relacionadas à China como criadora do vírus, críticas ao governo chinês e à vacina.	21
Ataque a informações divulgadas por mídias tradicionais (como a Rede Globo)	Críticas a informações divulgadas em canais tradicionais de comunicação.	17
Crítica à contagem de mortes pela Covid-19	Questionamentos em relação à contagem de mortes ocasionadas pela Covid-19.	16
Imunidade de rebanho	Defesa da imunidade natural ou de rebanho contra a Covid-19.	13
Omissão de responsabilidade e amenização dos efeitos da pandemia	Amenização dos efeitos da pandemia e afirmação de que esta não era um problema do governo federal (culpabilizando o Supremo Tribunal Federal – STF).	12
Ataque a especialistas sobre o tema	Críticas a informações e orientações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).	10
Outros	Críticas a professores que não se sentiam seguros para voltar ao trabalho e à realização da CPI.	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o que se visualiza na Tabela 2, os argumentos mais recorrentes em termos de *fake news* foram relacionados a defesa de formas de tratamento precoce e críticas à vacina e ao isolamento social. Esses três argumentos são relevantes e sintetizadores para se entender o posicionamento do governo Bolsonaro durante o período pandêmico. Sobretudo por se tratarem de falas recorrentes do presidente da República em seus pronunciamentos e *lives* – que, por sua vez, foram sustentadas por outros atores, seguidores do presidente, em diversos meios de comunicação.

A categoria com mais frequência de *fake news* foi “Defesa de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19 (tratamento precoce)”, em que estão presentes as ações e declarações realizadas em defesa do uso de hidroxicloroquina e outros medicamentos no tratamento precoce da referida patologia. Muitas publicações defendiam que a hidroxicloroquina e a cloroquina eram eficazes contra o vírus, e para dar visibilidade a isso foram promovidas entrevistas de médicos e figuras públicas, como Nise Yamaguchi e Paulo Zanutto, que eram defensores desses tratamentos, de modo a tentar influenciar a opinião pública. Foram compartilhadas notícias falsas, baseadas em supostos estudos científicos que apoiavam o uso da hidroxicloroquina como efetivo no tratamento da Covid-19, bem como realizadas acusações de que pesquisas contrárias ao uso da hidroxicloroquina seriam falsas. Ademais, organizaram-se campanhas voltadas à promoção do tratamento precoce, como a “*Covid-19 tem tratamento sim*”.

A segunda categoria mais frequente foi referente à “Crítica à vacina e sua obrigatoriedade”. As *fake news* enquadradas nessa categoria revelam declarações e ações de figuras públicas que criticavam e colocavam em dúvida a eficácia e a segurança das vacinas contra o coronavírus, bem como estabeleciam um cenário de desconfiança em relação à obrigatoriedade da imunização. Essas críticas são diversas e vêm de muitas fontes, como médicos, influenciadores, políticos e mídias alternativas. O conteúdo dessas publicações se referia a: críticas à eficácia e segurança das vacinas; notícias falsas e infundadas sobre potenciais efeitos colaterais das vacinas, inclusive com destaque para mortes relacionadas à vacinação; críticas à vacinação obrigatória, com defesa ao direito individual de escolha de imunizar-se ou não; promoção de teorias conspiratórias referentes às vacinas, como algumas que relatavam que as vacinas seriam uma forma de extermínio populacional, que estas alterariam o DNA humano ou mesmo poderiam ser usadas para controlar a população. Para além desse aspecto, muitas postagens colocavam as medidas de tratamento precoce, como a hidroxicloroquina, como uma alternativa mais eficaz do que as vacinas.

A terceira categoria foi “Crítica ao isolamento e fechamento de estabelecimentos”. No geral, as postagens elencadas nessa categoria se tratam de publicações que criticavam o isolamento e o distanciamento social, com argumentos que dizem que essas medidas seriam desastrosas e que o povo brasileiro queria trabalhar. Nesse aspecto, houve falas do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores voltadas a minimizar os efeitos da pandemia, bem como colocar o isolamento como responsável por colapsar a economia do país. Diversas *fake news* se voltaram a argumentar sobre a ineficácia do *lockdown*, tentando transmitir uma ideia de que este traria mais danos do que benefícios, como um aumento de contaminação e o surgimento de novas variantes do vírus, quase sempre baseando-se em estudos falhos. Para além dessa questão, houve diversas publicações voltadas a instigar a população a desrespeitar as medidas de isolamento, bem como foram organizadas, por pessoas públicas e influenciadores, manifestações contra o *lockdown* e contra medidas da OMS e de especialistas que recomendavam o isolamento.

Já na categoria de “Distorções argumentativas” estão as *fake news* que utilizavam uma estrutura argumentativa orientada a dar sinais de veracidade, na medida em que disseminam desinformação por meio de uma interpretação equivocada de dados referentes à pandemia. Isso se deu por meio de *fake news* referentes a estatísticas de vacinação, previsões otimistas de término da pandemia e falsas correlações entre tratamentos e taxas de mortalidade do vírus. Nesse sentido, há uma tentativa argumentativa, utilizando supostos documentos científicos e notícias da situação de

outros países, vislumbrando transmitir uma ideia de um menor impacto da pandemia e promover o tratamento precoce com medicamentos, como a ivermectina e a cloroquina. Esse tipo de compartilhamento fortaleceu a propagação de informações falaciosas que potencialmente influenciaram a percepção pública sobre a gravidade da pandemia e as formas de combatê-la. Em síntese, a estratégia comunicativa empregada era a utilização de informações retiradas de contexto, opiniões de supostos “especialistas” ou manipulação de dados com o intuito de respaldar uma posição.

A categoria “Ataque às máscaras” é composta de publicações de políticos e influenciadores que realizaram declarações questionando a eficácia da utilização de máscaras na prevenção da contaminação do coronavírus, argumentando que não havia comprovação científica acerca da efetividade destas. Diversas entrevistas em veículos de comunicação como a CNN e a Jovem Pan foram usadas para questionar a utilidade das máscaras, assim como foram criadas campanhas contra as máscaras, ligando a obrigatoriedade de uso destas como medidas autoritárias e que invadiam os direitos da população. O próprio presidente Bolsonaro e outras figuras públicas realizaram declarações que desqualificavam o uso de máscaras, sem considerar as opiniões de especialistas em saúde que recomendavam o uso destas na contenção da contaminação do vírus. Além disso, muitos dos críticos do uso de máscaras defendiam o tratamento precoce, com medicamentos sem evidências científicas que comprovassem o êxito no tratamento.

A categoria “Boatos e fantasias” inclui a propagação de boatos e teorias da conspiração referentes à pandemia. Entre essas teorias da conspiração, destacam-se algumas como: que caixões de vítimas estavam sendo enterrados vazios, que o vírus havia sido criado em laboratório e se tratava de uma arma biológica, e que a pandemia seria um complô das elites para controlar as massas. Havia também argumentações voltadas a minimizar a gravidade da pandemia, tratando-a como uma histeria coletiva, e ataques a determinadas figuras públicas, como o governador de São Paulo naquele período, João Dória. Esse conjunto de ações se deu por meio de vídeos, palestras e postagens em redes sociais.

A categoria “Ataque à China” é composta por um conjunto de *fake news* relacionadas a postagens e falas que colocavam o novo coronavírus como uma “peste chinesa” ou um “vírus chinês”. Ao se analisar o conteúdo das *fake news* dessa categoria, percebe-se que se tratavam de postagens de figuras públicas em redes sociais que se referiam à China como a responsável por criar o coronavírus de forma proposital. Além disso, nessas publicações, realizavam-se críticas à vacina Coronavac, criada pela China, sendo referida pejorativamente como “Vachina”, havendo questionamentos a parcerias estabelecidas para a sua compra simultaneamente à defesa de supostos tratamentos alternativos, como a hidroxicloroquina – como uma medida de contraste com o uso da vacina chinesa. Outras questões que aparecem são referentes a teorias da conspiração utilizadas para sustentar os argumentos, tais quais a ideia de que o *lockdown* era um plano da China e que o vírus seria uma arma biológica, além de mencionar que a OMS e a China seriam responsáveis por espalharem intencionalmente o vírus e estarem escondendo a cura – que, nesse caso, seria a cloroquina.

Para sustentar as informações falaciosas referentes à China, percebe-se um núcleo de postagens de notícias e vídeos vislumbrando colocar a China como responsável pelo surgimento do vírus, como um vídeo compartilhado em 17 de setembro de 2020, de uma entrevista realizada pela Fox News, em que uma médica chinesa afirmava que se tratava

de um vírus criado de forma proposital, ou no compartilhamento de notícias, em 22 de julho de 2021, que referiam que a China não estaria se aprofundando em investigações sobre o surgimento do vírus. Percebe-se, dessa forma, a utilização de falácias, por meio de falas de especialistas ou utilizando notícias de jornais ou outros veículos de informação para dar uma impressão de veracidade aos argumentos sustentados nas propostas (Habermas, 1996).

Na categoria “Ataque a informações divulgadas por mídias tradicionais (como a Rede Globo)”, estão presentes declarações públicas referentes à pandemia de Covid-19 que se tratavam de críticas à imprensa, desinformação e posicionamentos políticos. Nesse ponto, houve a tentativa de criação de uma narrativa paralela relacionada à realidade da pandemia, por meio de ataques à imprensa, questionando a veracidade do que era divulgado e colocando a imprensa como responsável por gerar pânico na população. Em síntese, foi promovida uma narrativa de que a imprensa estava manipulando informações sobre a pandemia para causar medo na população. Para sustentar essa argumentação, foram realizadas postagens que sustentavam os posicionamentos de Bolsonaro, com matérias de sites e jornais que defendiam os posicionamentos do presidente na condução da pandemia, referentes às críticas às medidas de prevenção e defesa do tratamento precoce.

A categoria “Crítica à contagem de mortes pela Covid-19” é composta de falas de pessoas públicas que levantavam questionamento e subestimavam o número de óbitos por Covid-19 no Brasil. Houve entrevistas em que pessoas do alto escalão do governo alegavam que havia registros exagerados no número de mortes em determinadas localidades, vislumbrando a obtenção de mais orçamento, sendo que seria necessário o Ministério da Saúde rever essa contagem. Posteriormente, repercutiu o anúncio do governo de que não mais anunciaria o total acumulado de óbitos, ficando por um tempo sem dados sobre esse aspecto. Nessa categoria, encontram-se publicações que demonstravam um esforço contínuo de uma cúpula do governo em minimizar a gravidade da pandemia, estabelecendo uma narrativa de questionamento dos dados divulgados sobre as mortes por Covid-19.

Na categoria “Imunidade de rebanho”, por sua vez, estão presentes declarações de diversas figuras públicas que defenderam a imunidade de rebanho por contaminação e o isolamento vertical como estratégia para lidar com a pandemia. Eduardo Bolsonaro foi um nome de grande atuação nesse sentido, participando de entrevistas e eventos que debatiam essa estratégia. Nas publicações relacionadas à imunidade de rebanho, existem postagens e entrevistas com falas que minimizavam a letalidade do vírus, cartas contra medidas restritivas, negações da possibilidade de mutações do vírus e previsões de que a pandemia acabaria em poucas semanas. Há, inclusive, falas de pessoas públicas que defendiam a contaminação de crianças e adolescentes como uma estratégia de enfrentamento do vírus. Em síntese, nesse conjunto de *fake news* estão presentes ações e declarações que promoviam a imunidade de rebanho e minimizavam a gravidade da Covid-19.

Outra recorrência na gestão da pandemia foi a narrativa de que as consequências da pandemia não eram um problema do governo federal, que estão na categoria “Omissão de responsabilidade e amenização dos efeitos da pandemia”. Nessa narrativa, por meio de declarações e postagens, vislumbrava-se reduzir o papel do governo federal em relação à pandemia, destacando que este estava impedido de agir de forma mais ativa no

combate à pandemia devido a supostas restrições do STF. Nesse sentido, criou-se uma narrativa de que a culpa da situação em que a pandemia se encontrava era de governadores e prefeitos.

A categoria “Ataque a especialistas sobre o tema” é composta por *fake news* voltadas principalmente a criticar a OMS e as orientações de especialistas que defendiam o isolamento social durante a pandemia da Covid-19. Nesse aspecto, colunas de jornais favoráveis ao governo, bem como influenciadores digitais, defenderam uma narrativa contrária às orientações da OMS e em defesa das políticas de Bolsonaro, especialmente no que diz respeito a sua oposição às medidas de isolamento e seu apoio a formas de tratamento precoce.

E, por último, na categoria “Outras”, estão falácias referentes a críticas aos professores contrários ao retorno das aulas presenciais, num momento em que ainda não era indicado que esse retorno ocorresse devido aos altos níveis de contaminação do vírus, bem como críticas à realização da CPI. Especificamente referente à questão da CPI da Pandemia, no relatório é destacada uma informação de 12 de junho de 2021 em que se discorria que Ricardo Barros “à Rádio Bandeirantes, fez defesa do tratamento precoce, criticou o isolamento horizontal e afirmou que o relatório da CPI já estava pronto antes dela começar” (Senado Federal, 2021, p. 745).

Relacionando esse conjunto de categorias à discussão da TAC, percebe-se que a base da busca pelo entendimento mútuo está na possibilidade de um diálogo racional, o qual seria elementar para a construção da sociedade, tendo em vista aspectos de debate público, busca por consenso e deliberação democrática. Como já colocado, as *fake news* representam uma forma de ação estratégica, na medida em que estas são utilizadas na comunicação para manipular e influenciar um determinado público no sentido de alcançar uma série de interesses, sejam eles políticos ou financeiros (Galhardi et al., 2020).

Na análise realizada, perceberam-se as características estruturais e argumentativas das *fake news* disseminadas pela cúpula do governo durante o período pandêmico. Percebe-se a utilização de meios diversos de comunicação, oral ou escrita, e uma estrutura voltada a apresentar sinais de veracidade das informações, apresentando fontes orientadas a sustentar os argumentos defendidos, que abrangem falas de especialistas, estudos científicos com interpretações equivocadas, entre outras formas.

Habermas (2012a) desenvolve a ideia de que os atos de fala teriam validade se respondessem a critérios de verdade, correção e sinceridade. As *fake news*, nesse contexto, não apresentam os aspectos relevantes dessas definições, uma vez que não têm o objetivo de alcançar a verdade, não são éticas e responsáveis na comunicação (correção) e são disseminadas com o intuito de enganar, não apresentando características de sinceridade. Nesse sentido, numa dinâmica democrática, *fake news*, como as que foram disseminadas durante o período pandêmico, dificultam a formação de uma opinião pública informada (Emmendoerfer et al., 2022), criando um cenário de desconfiança e polarização – sendo que, num contexto emergencial de saúde pública, os efeitos são potencialmente mais perversos.

Quanto às pretensões de validade da ação comunicativa, inteligibilidade, verdade, legitimidade e sinceridade (Habermas, 1996; Inocêncio & Favoreto, 2022), a análise das *fake news* identificadas pela CPI da Pandemia sugere que elas foram sistematicamente

distorcidas. Embora a inteligibilidade frequentemente estivesse preservada – justamente para facilitar circulação, adesão e compartilhamento das mensagens –, as pretensões de verdade, legitimidade e sinceridade mostraram-se amplamente comprometidas. A Tabela 3 apresenta a análise dos elementos de pretensões de validade da ação comunicativa com base nas categorias de análise mais amplas que criamos a partir da CPI da pandemia.

Tabela 3
Análise das pretensões de validade da ação comunicativa das *fake news* da
pandemia de Covid-19

Pretensão de validade	Macrocategoria de análise “Ataque à China”
Inteligibilidade	A pretensão de inteligibilidade aparece parcialmente preservada, pois as mensagens eram formuladas de maneira simples, emocional e facilmente compreensível pelo público. Expressões como “vírus chinês”, “peste chinesa” e “vacina chinesa” produziam comunicação direta e acessível. Entretanto, a inteligibilidade era frequentemente acompanhada de forte carga ideológica e metafórica, utilizando expressões pejorativas e generalizações que simplificavam artificialmente um fenômeno científico complexo. Assim, embora compreensíveis, os enunciados reduziam a complexidade do debate sanitário e político.
Verdade	A pretensão de verdade é amplamente violada nessa categoria. As alegações sobre criação deliberada do vírus em laboratório, conspirações chinesas, manipulação intencional da pandemia ou inexistência de comprovação científica das vacinas chinesas não eram sustentadas por evidências científicas reconhecidas. Além disso, diversas mensagens ignoravam consensos científicos e informações produzidas por organismos internacionais, substituindo dados verificáveis por conjecturas ideológicas, especulações e teorias conspiratórias.
Legitimidade	A legitimidade também se mostra comprometida, pois os discursos frequentemente estimulavam xenofobia, hostilidade internacional e estigmatização da população chinesa. A utilização reiterada de termos como “peste chinesa” rompe com parâmetros normativos associados ao respeito, à cooperação internacional e aos direitos humanos. Além disso, a comunicação deixava de observar princípios democráticos de debate racional ao transformar um problema sanitário global em instrumento de disputa ideológica.
Sinceridade	A sinceridade aparece sob forte suspeita. Em muitos casos, os emissores aparentavam mobilizar narrativas “anti-China” não para promover compreensão pública, mas para deslocar responsabilidades políticas, fortalecer identidades ideológicas e mobilizar apoio político. A repetição de acusações sem comprovação, mesmo após sucessivas contestações científicas, indica possível orientação estratégica da comunicação, incompatível com a busca sincera do entendimento mútuo.
Pretensão de validade	Macrocategoria de análise “Críticas às medidas de isolamento social e lockdown”
Inteligibilidade	As mensagens apresentavam elevada inteligibilidade, utilizando linguagem simples e forte apelo emocional. Frases como “o povo quer trabalhar”, “ <i>lockdown</i> destrói a economia” ou “medidas desastrosas” facilitavam ampla circulação e compreensão. Contudo, havia simplificação excessiva de questões epidemiológicas complexas, criando falsas dicotomias entre economia e saúde pública.
Verdade	A pretensão de verdade é parcial ou totalmente comprometida em diversos exemplos. Muitas publicações negavam evidências científicas sobre a eficácia do

	distanciamento social, minimizavam a gravidade da pandemia ou afirmavam que as medidas restritivas seriam inúteis. Em vários casos, os argumentos desconsideravam estudos científicos, recomendações sanitárias e dados epidemiológicos nacionais e internacionais.
Legitimidade	A legitimidade aparece tensionada porque os discursos frequentemente deslegitimavam governadores, prefeitos, instituições científicas e organismos internacionais responsáveis pela adoção de políticas sanitárias. Ao classificar medidas sanitárias como “ditatoriais”, “desastrosas” ou “inúteis”, parte das mensagens buscava enfraquecer consensos institucionais construídos em contexto emergencial de saúde pública.
Sinceridade	A sinceridade é questionável quando a comunicação aparenta priorizar interesses políticos e econômicos específicos em detrimento da proteção coletiva da saúde. A insistência em negar evidências científicas mesmo diante do aumento de mortes e da sobrecarga hospitalar sugere possível utilização estratégica da comunicação para manutenção de capital político e alinhamento ideológico.
Pretensão de validade	Macrocategoria de análise “Defesa do ‘tratamento precoce’ e da hidroxicloroquina”
Inteligibilidade	As mensagens eram altamente inteligíveis, geralmente formuladas de modo afirmativo e simplificado, transmitindo sensação de segurança e solução imediata. A simplicidade discursiva favorecia ampla aceitação social, sobretudo em contexto de medo coletivo.
Verdade	A pretensão de verdade é profundamente comprometida, pois os discursos frequentemente afirmavam eficácia terapêutica sem respaldo científico robusto. Muitas mensagens ignoravam estudos clínicos, posicionamentos de instituições médicas e revisões sistemáticas que indicavam ausência de eficácia dos medicamentos para tratamento da Covid-19. Além disso, a divulgação de “curas” ou “tratamentos garantidos” substituíam evidências científicas por relatos isolados, anedóticos ou politizados.
Legitimidade	A legitimidade é afetada porque a promoção de medicamentos sem eficácia comprovada contrariava protocolos científicos e princípios éticos da saúde pública. Ao incentivar tratamentos não comprovados, parte da comunicação contribuía para desinformação sanitária e potencial enfraquecimento da confiança nas instituições médicas e científicas.
Sinceridade	A sinceridade é colocada em dúvida diante da insistência na defesa do tratamento precoce mesmo após sucessivas evidências científicas contrárias. Em muitos casos, a comunicação aparentava servir à preservação de narrativas políticas e à manutenção de discursos governamentais já previamente assumidos.
Pretensão de validade	Macrocategoria de análise “Desinformação sobre vacinas”
Inteligibilidade	As mensagens eram geralmente objetivas e emocionalmente impactantes. O uso de expressões como “vacina chinesa” ou alegações sobre riscos ocultos produzia forte apelo comunicativo. Contudo, a simplificação excessiva reduzia debates científicos complexos a slogans políticos.
Verdade	A pretensão de verdade é amplamente rompida. Diversas mensagens difundiam informações sem comprovação sobre riscos vacinais, ausência de eficácia ou intenções ocultas relacionadas às vacinas. Os discursos frequentemente ignoravam testes clínicos, aprovações regulatórias e evidências científicas produzidas por instituições nacionais e internacionais.

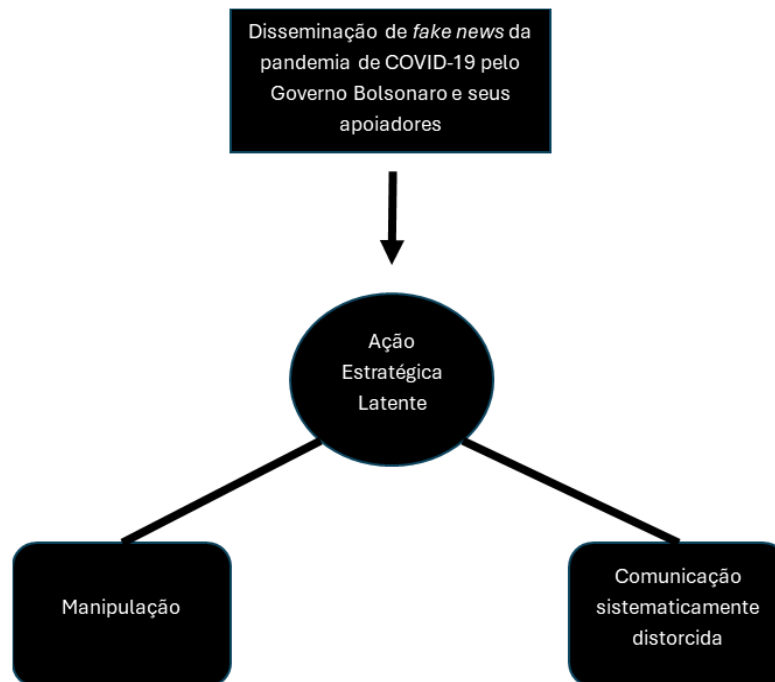
Legitimidade	A legitimidade é comprometida à medida que a comunicação enfraquecia campanhas públicas de imunização e dificultava ações coletivas de proteção sanitária. Além disso, a desconfiança sistematicamente produzida em relação às vacinas afetava valores socialmente compartilhados ligados à saúde pública, solidariedade coletiva e responsabilidade social.
Sinceridade	A sinceridade torna-se problemática quando informações falsas ou distorcidas continuavam sendo disseminadas mesmo após esclarecimentos técnicos e científicos. Isso sugere que a finalidade da comunicação não era necessariamente promover compreensão racional, mas produzir mobilização política, medo ou desconfiança institucional.
Pretensão de validade	Macrocategoria de análise “Negacionismo da gravidade da pandemia”
Inteligibilidade	Os discursos apresentavam alta inteligibilidade devido ao uso de frases curtas, diretas e emocionalmente mobilizadoras. Expressões simplificadas como “gripezinha”, “histeria” ou “exagero” facilitavam a circulação social das mensagens.
Verdade	A pretensão de verdade é frontalmente violada quando os discursos negam dados epidemiológicos, minimizam mortes ou questionam estatísticas sem provas consistentes. Em muitos casos, havia omissão seletiva de informações relevantes e rejeição de consensos científicos amplamente consolidados.
Legitimidade	A legitimidade é comprometida porque tais discursos enfraqueciam políticas públicas de proteção sanitária e desestimulavam comportamentos coletivos preventivos. Além disso, a minimização das mortes pode ser interpretada como incompatível com valores democráticos associados à proteção da vida e da dignidade humana.
Sinceridade	A sinceridade é questionada diante da permanência de discursos negacionistas mesmo após ampla divulgação de evidências empíricas sobre mortalidade, colapso hospitalar e impactos sociais da pandemia. Isso indica possível predominância de racionalidade estratégica em detrimento da racionalidade comunicativa.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Sob a perspectiva habermasiana, a violação constante dos elementos de pretensão da validade da ação comunicativa, especialmente a verdade, a legitimidade e a sinceridade, indica deslocamento da racionalidade comunicativa para formas de ação estratégica orientadas não ao entendimento mútuo, mas à disputa política, mobilização ideológica e manipulação da opinião pública. Nesse contexto, a desinformação não atua apenas como erro factual isolado, mas como mecanismo de colonização do mundo da vida por interesses políticos e ideológicos.

Diante desse cenário de propagação de *fake news* ocorrido durante o governo Bolsonaro, salienta-se que esta não teve o caráter de propiciar um debate democrático em torno da pandemia. Pelo contrário, essa disseminação se deu estrategicamente para transmitir à sociedade um falso conteúdo que atendia aos interesses de apenas um grupo da população, qual seja, o próprio governo Bolsonaro e seus apoiadores. Nesse ponto, sintetiza-se que as *fake news* desse período representam uma forma de ação estratégica latente, que vislumbra manipular a população por formas de comunicação sistematicamente distorcidas, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4
Disseminação de *fake news* da pandemia de Covid-19 pelo governo Bolsonaro como uma ação estratégica latente



Fonte: Elaborada pelos autores.

A propagação de *fake news* pelo governo Bolsonaro e seus apoiadores carece, portanto, dos aspectos de verdade e sinceridade como elementos de pretensão de validade da ação comunicativa (Habermas, 1996; Inocêncio & Favoreto, 2022) e, ao mesmo tempo, apresenta-se disfarçada de inteligibilidade por meio do uso maciço especialmente da comunicação via redes sociais, valendo-se da legitimidade conferida ao líder de um Estado democrático. Essa discussão se relaciona também com a dimensão do declínio na razão, uma vez que se percebe o ser humano como um ser que se baseia mais na pretensão de defesa de interesses de seu grupo, sem necessariamente se basear em valores universais de liberdade e verdade, indo mais por um caminho de argumentos de autoridade que da própria autoridade dos seus argumentos (Japiassu, 2016).

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi investigar os tipos de desinformações divulgadas pela cúpula do governo federal durante o período pandêmico, tratando as *fake news* como formas de ação estratégica latente (Habermas, 1996). O artigo avança no conhecimento ao se debruçar sobre a elucidação de um processo de ampla investigação quanto ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, na CPI da Pandemia. Como contribuição, destaca-se a tipificação teórica das *fake news* por uma perspectiva habermasiana, avançando a literatura existente sobre o tema e servindo de base para trabalhos futuros que analisem as implicações das *fake news* sobre a dinâmica democrática em geral.

Em resumo, os resultados revelam inúmeras estratégias de disseminação da desinformação pelo governo federal em relação à pandemia de Covid-19, sustentadas

principalmente por meio da força e do alcance que a ação comunicativa de um líder de Estado possui diante de sua população, especialmente em um cenário de negacionismo científico. A categorização do conjunto de *fake news* divulgadas durante a pandemia revela um cenário em que desinformações de diversos tipos, divulgadas por pessoas influentes, dificultaram a compreensão correta sobre a gravidade e sobre como lidar com a crise sanitária daquele período, influenciando a formação da opinião pública. As estratégias argumentativas utilizadas se referiam a informações falaciosas sobre formas de tratamento precoce, estabelecimento de desconfiança em relação às vacinas, orientações de especialistas e da mídia tradicional, necessidade de isolamento social, uso de máscaras, contagem de mortes e disseminação de teorias conspiratórias.

Como limitação do artigo, em que pese o seu caráter exploratório e inovador, destaca-se o fato de a coleta e análise de dados ter sido feita somente por meio de uma única fonte de dados. Assim, é fundamental que pesquisas futuras considerem como unidade de análise atores envolvidos no processo da CPI da Pandemia como também a população em geral para se buscar saber como as *fake news* da pandemia propagadas por atores relacionados ao governo Bolsonaro alcançaram e afetaram o modo de vida.

REFERÊNCIAS

Almeida, D. W. S. (2013). Falácias e teoria da argumentação. *Pólemos*, 2(3), 116-132. <https://doi.org/10.26512/pl.v2i3.11551>

Alves, M. A. S., & Maciel, E. R. H. (2020). O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, 1(1), 144-171. <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>

Bachur, J. P. (2021). Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as *fake news* funcionam? *Direito Público*, 18(99), 436-469. <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i99.5939>

Baptista, C. (2020). Digitalização, desinformação e notícias falsas: uma perspectiva histórica. In J. Figueira & S. C. Santos (Orgs.), *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da Pós-verdade: manipulação, polarização, filter bubbles* (pp. 47-62). Universidade de Coimbra. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17871428/Digitalizacao_desinformacao_e_noticias_falsas.pdf

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bezerra, A. C., Schneider, M., & Capurro, R. (2022). O arco teleológico da ética da desinformação: dos pomadistas de Machado de Assis aos negacionistas da pandemia. *Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 16(2), 317-331. <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i2.3270>

Cavalcante, J. G. (2019). *O fenômeno da desinformação como desafio democrático: um estudo à luz da doutrina de Jürgen Habermas* [Monografia, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente. <https://bdm.unb.br/handle/10483/25316>

Chade, J. (2021, outubro 20). Relatório da CPI da Pandemia é documento histórico da crise da COVID-19 no mundo. *El País Brasil*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/relatorio-da-cpi-da-pandemia-e-documento-historico-da-pandemia-no-mundo.html>

Emmendoerfer, M. L., Lauriano, N. G., Teixeira, L. C., & Mediotte, E. J. (2022). Eleições governamentais e combate a *fake news* no Brasil. *Sociedade e Cultura*, 25, e71036. <https://doi.org/10.5216/sec.v25.71036>

European Commission. (2022, June 16). 2022 *The Strengthened Code of Practice on Disinformation*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/2022-strengthened-code-practice-disinformation>

Fiedler, R. C. P. (2006). A teoria da ação comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. *Revista da Educação*, 1(1), 93-100. <https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/24>

Finardi, K. R., Prebianca, G. V., & Momm, C. F. (2013). Tecnologia na educação: o caso da internet e do inglês como linguagens de inclusão. *Cadernos do IL*, (46), 193-208. <https://doi.org/10.22456/2236-6385.35931>

Freud, S. (2005). A repressão. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 61-73). Companhia das Letras.

Galhardi, C. P., Freire, N. P., Minayo, M. C. S., & Fagundes, M. C. M. (2020). Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Suppl. 2), 4201-4210. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>

Gomes, F. (2014). Uma aproximação entre pragmática universal e economia solidária: o caso de Catende. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(Spe), 416-441. <https://doi.org/10.1590/1679-39518254>

Habermas, J. (1996). *Racionalidade e Comunicação*. Edições 70.

Habermas, J. (2012a). *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social* (Vol. 1). WMF Martins Fontes.

Habermas, J. (2012b). *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social* (Vol. 2). WMF Martins Fontes.

Inocência, E. R., & Favoreto, R. L. (2022). Distorções comunicativas em relatórios de sustentabilidade: uma análise pautada no pensamento habermasiano. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(4), 543-556. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210171x>

Haraway, D. J. (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. N-1 Edições.

Japiassu, H. (2016). A crise da razão e a revanche do irracional. *DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 2(2), 3-11.

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2130>

Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. Ubu.

Lim, A. J., Tan, E., & Lim, T. (2021). Infodemic: the effect of death-related thoughts on news-sharing. *Cognitive Research: Principles and Implications*, 6, 39. <https://doi.org/10.1186/s41235-021-00306-0>

Maia, P., Justi, R., & Santos, M. (2021). Aspects about science in the context of production and communication of knowledge of COVID-19. *Science & Education*, 30, 1075-1098. <https://doi.org/10.1007/s11191-021-00229-8>

Marquesi, S. C., & Aguiar, A. P. S. (2021). Virtudes e vícios em depoimentos da CPI da Pandemia: retórica e análise textual dos discursos em interface. In L. A. Ferreira (Org.). *Inteligência retórica: o logos* (pp. 125-142). Blucher.

Rocha, H. C. L., & Cavalcanti, I. H. F. A. D. (2019, novembro). *Fake news*, o discurso normativo e a comunidade moral: o pseudo-consenso das bolhas e a esfera pública. In *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Goiânia, GO, Brasil. https://proceedings.science/proceedings/100266/_papers/144153/download/abstract_file1?lang=pt-br&__cf_chl_tk=RIy0xC3LNoKiQc2WXxFYpsAbvIpEZZsSsrgCh6MT098-1782342126-1.0.1.1-0HCCIdU_QC7HXgszTl2LXqs25jhRFJ.zZL865iAReiU

Rodrigues, M. S. P., & Leopardi, M. T. (1999). *O método de análise de conteúdo: uma versão para enfermeiros*. LCR.

Senado Federal. (2021). *Relatórios da CIPANDEMIA*. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>

Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69), 442-464. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>

Stengers, I. (2023). *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Bazar do Tempo.

The Lancet. (2020). COVID-19 in Brazil: “So what?” [Editorial]. *Lancet*, 395(10235), 1461. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3)

Zarocostas, J. (2020). How to fight an infodemic. *The Lancet*, 395(10225), P676. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)

Lusvanio Carlos Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7587-7905>

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Professor Substituto no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus São João Evangelista. E-mail: lusvanio.t@gmail.com

José Roberto Abreu de Carvalho Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6016-3667>

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Administrador no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus de Alegre. E-mail: jose.carvalho@ifes.edu.br

Valter Cardoso da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4072-7418>

Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Professor Efetivo no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) – Campus Rondonópolis. E-mail: valter.cardoso@ifmt.edu.br

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Lusvanio Carlos Teixeira: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Análise formal (Liderança); Aquisição de financiamento (Liderança); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração de projeto (Liderança); Recursos (Liderança); Software (Liderança); Supervisão (Liderança); Validação (Liderança); Visualização (Liderança); Escrita - rascunho original (Liderança); Escrita - revisão e edição (Igual).

José Roberto Abreu de Carvalho Junior: Conceituação (Suporte); Supervisão (Suporte); Validação (Suporte); Visualização (Suporte); Escrita - rascunho original (Suporte); Escrita - revisão e edição (Igual).

Valter Cardoso da Silva: Conceituação (Suporte); Escrita - rascunho original (Suporte); Escrita - revisão e edição (Suporte).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não haver quaisquer tipos de conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todos os dados utilizados na pesquisa se encontram disponíveis publicamente no Relatório da CPI da Pandemia, através da consulta ao seguinte endereço eletrônico: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Brasil - Código de Financiamento 001.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.